

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do
Sindicato dos Urbanitários
23/11/2016



Conselho Sindical debate riscos da reforma trabalhista

As palavras que estão na ordem do dia da sociedade brasileira, e da classe trabalhadora em especial, estiveram em debate, ontem, no Sindicato dos Empregados em Edifícios de Santos (Sindedif). Reforma trabalhista e previdenciária, terceirização e PEC dos Gastos serão discutidos pelo Conselho Sindical da Baixada Santista. Participaram lideranças das centrais sindicais da região, para quem esses temas não devem fugir ao alcance dos trabalhadores. Por exemplo: o que a reforma trabalhista pode trazer de modificações entre patrões e empregados? Direitos previdenciários estarão sob risco com a reforma da Previdência? A PEC dos Gastos terá quais efeitos sobre a vida dos cidadãos? Enfim, sindicatos e seus representantes precisam estar sintonizados e acompanhando, passo a passo, o desenrolar dos fatos em Brasília. A tônica é a necessidade, sim, de haver reformas estruturais, mas sem que isso ponha em perigo conquistas históricas dos trabalhadores.

Coordenador do grupo de trabalho do Conselho Sindical Regional da Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira, Carlos Alberto de Oliveira Cardoso, o Platini, é favorável à elaboração de uma carta aberta à população para explicar os motivos da mobilização dos sindicalistas que está sendo articulada para a próxima sexta-feira (25).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 22/11/2016

CLT não pode ser extinta, tem que ser reformada, dizem sindicalistas

Os sindicalistas José Maria Félix, Severino Augusto e José Francisco da Rocha, respectivamente presidentes dos sindicatos de Trabalhadores em Edifícios de Santos e Cubatão; de São Vicente e Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, defendem a permanência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com sua reformulação para se atualizar à realidade atual do País. Em entrevista à TV DL, eles foram unânimes: “Muita coisa na CLT já está vencida, mas ela ainda garante direitos essenciais ao trabalhador e deve ser mantida”, enfatizam os sindicalistas.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 22/11/2016

PEC da Previdência deve sair este ano

O governo pretende apresentar ainda este ano a minuta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma da Previdência. O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida Júnior, antecipou ontem que a intenção do governo é iniciar os debates após a aprovação da PEC do Teto de Gastos. Segundo o secretário, um dos principais gastos do governo é com o pagamento de aposentados, que, segundo ele, têm parado de trabalhar cedo, com 50 anos, antes da média de outros países. Para aumentar a contribuição, a proposta é uma “reforma dura”, informou, com adoção de idade mínima de 65 anos para se aposentar.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 22/11/2016

Negada suspensão de tramitação da PEC 55

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso negou ontem pedido feito por parlamentares da oposição para suspender a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita os gastos públicos do país pelos próximos 20 anos, a chamada PEC do Teto dos Gastos. A íntegra da decisão do ministro, bem como os argumentos para a negativa, ainda não foi divulgada. O pedido de liminar foi feito no começo deste mês por deputados do PT e do PCdoB. No pedido, os parlamentares argumentam que a PEC 55/2016 “atenta contra a separação dos Poderes, o voto direto, secreto, universal e periódico e os direitos e garantias individuais”.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 23/11/2016

Votação de projeto anticorrupção é hoje

A votação do relatório do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) na comissão especial da Câmara que analisa o Projeto de Lei (PL) 4.850/16, que trata das chamadas Dez Medidas de Combate à Corrupção ficou para hoje. Logo após o início dos trabalhos, por volta das 15h, a reunião foi suspensa a pedido de Lorenzoni, que queria mais tempo para construir um acordo em torno do texto. Mas, depois de quatro horas, o deputado ainda não havia retornado com a versão final.

Diante do cenário, o presidente do colegiado, Joaquim Passarinho (PSD-PA), disse que manteria o espaço aberto para a manifestação dos deputados, mas que, tão logo se iniciasse a ordem do dia, encerraria os trabalhos. Entre os principais pontos que geram divergências no relatório está a previsão da criação do crime de responsabilidade para juízes e promotores. A medida chegou a constar na versão do relatório apresentada por Lorenzoni no dia (9), mas foi retirada posteriormente, após ele ter se reunido com integrantes da força-tarefa da Lava Jato.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 23/11/2016

TST promove seminário e vai debater a CLT

Os 73 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o financiamento da atividade sindical e os 75 anos da Justiça do Trabalho estarão sendo debatidos, amanhã e sexta-feira, no seminário internacional promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, e que terá as presenças de sindicalistas, advogados trabalhistas, ministros do TST e do STF e ainda do ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira.

O tema de abertura “Os 75 anos da Justiça do Trabalho: Conquistas e Mudanças”, será desenvolvido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello. Já a “Crise Econômica e Reforma Trabalhista na Europa”, terá como palestrante o professor Pedro Romano Martinez, da Universidade de Lisboa, e ocorrerá na sexta-feira.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 23/11/2016

Sindquímicos move ação para seus associados

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Fertilizantes de Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá, Bertioga, Mongaguá e Itanhaém (Sindquímicos) está acionando a Justiça para obter a redução no valor total da conta de luz e energia elétrica de seus associados e familiares. A informação é do presidente da entidade, Herbert Passos Filho, que acionou o departamento jurídico do sindicato para acionar o judiciário sobre essa questão.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 23/11/2016

Câmara pode votar projeto que altera regras do auxílio-doença

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira (22) o requerimento para votação em regime de urgência do projeto de lei (PL 6427/16), que aumenta as carências para a obtenção do auxílio-doença, da aposentadoria por invalidez e do salário-maternidade no caso de a trabalhadora perder a condição de segurada junto ao Regime Geral da Previdência Social. O projeto deverá ser analisado e votado na sessão de hoje (23) da Câmara. Além de alterar as regras do auxílio-doença, o projeto que foi enviado à Câmara em substituição à Medida Provisória 739/16, que perdeu a vigência no início deste mês sem ser votada, também cria um bônus especial de desempenho para os médicos peritos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para acelerar a perícia de beneficiários de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez que estão há mais de dois anos sem passar por avaliação.

O projeto também estabelece, dentre outras medidas, que o segurado aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente. Estabelece ainda que, sempre que possível, o ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença deverá fixar o prazo estimado para a duração do benefício e que, na ausência de fixação do prazo, o benefício cessará após o prazo de 120 dias. Também foi aprovado na sessão de ontem, o requerimento de urgência para a votação do projeto de resolução que cria a Secretaria da juventude nos órgãos da Câmara.

Fonte: Portal EBC - 23/11/2016

Leia mais em: <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>